COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO DE LEI Nº 7.083, DE 2010

Acrescenta art. 2º-D à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a ampliação do prazo de concessão do benefício do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados residentes em Municípios atingidos pelas ações de combate ao desmatamento da Amazônia.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado MARCELO SERAFIM

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.083, de 2010, oriundo do Senado Federal, acrescenta um dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, ampliando em três meses o prazo de concessão do benefício do seguro-desemprego para os trabalhadores em situação de desemprego involuntário causado pela crise relacionada com ações de combate ao desmatamento na Amazônia.

De acordo com o projeto, o Conselho Deliberativo do fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) definirá os municípios que se enquadram no benefício, bem como as regras para a sua concessão.

Após a análise desta Comissão, o projeto tramitará pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto em análise trata de ampliar o prazo para a concessão de seguro-desemprego em três meses aos trabalhadores que perderam seu emprego em decorrência das ações de combate ao desmatamento na Amazônia.

Para combater a extração e a venda clandestina de madeira, o Governo Federal têm realizado ações, chamadas de “Operação Arco de Fogo”, em diversas serralhas, madeiras e fazendas localizadas no interior da Amazônia. Essas ações têm apreendido milhares de metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente e fechado inúmeras madeiras.

Desde 2008, quando começaram essas operações, foram fechados milhares de postos de trabalho em toda a região. Somente no Estado do Pará, foram mais de 200 mil postos de trabalho diretos e indiretos deixaram de existir.

A Operação Arco de Fogo vem atingindo, assim, milhares de famílias de trabalhadores e moradores de pequenos municípios cuja principal atividade econômica é a extração e o comércio de madeira. O desemprego é grande, criando um imenso problema social, que o Governo Federal ainda não foi capaz de solucionar, já que não é realizada a recolocação dos trabalhadores que viviam da atividade madeira.

Na justificativa da proposição, seu autor, o Senador Flexa Ribeiro alega que muitas madeiras encontram-se fechadas, em razão de possíveis irregularidades, mas que o empregador não possui qualquer responsabilidade em relação à situação da empresa onde trabalha. Assim, ele não deve ser punido se eventualmente essa empresa não possui plano de manejo aprovado ou apresenta outra irregularidade.

A concessão de um prazo maior para o recebimento dos benefícios do seguro-desemprego é particularmente necessária no caso desses trabalhadores da Amazônia, tendo em vista que as opções de trabalho não são muito variadas no interior da região. São poucas as atividades econômicas que não estejam relacionadas à exploração dos recursos naturais da floresta. É bastante justo, portanto, conceder a esses trabalhadores mais

alguns meses de prazo para que eles possam se recolocar no mercado de trabalho.

Pelas razões expostas, somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 7.083, de 2010, quanto ao mérito desta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado MARCELO SERAFIM
Relator